

# UMA REVISÃO ACERCA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A REVIEW ABOUT THE AUTISM SPECTRUM DISORDER IN CHILD EDUCATION

Sidney Lopes Sanchez Júnior<sup>1</sup>  
Patrícia Ferreira Concato de Souza<sup>2</sup>  
Ester Gomes de Oliveira Sanchez<sup>3</sup>  
Beatriz Haas Delamuta<sup>4</sup>

## RESUMO

O direito de inclusão escolar da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é garantido por leis e documentos oficiais. Esta pesquisa configura-se como uma Revisão Sistemática de Literatura, tendo como fonte de dados as produções científicas sobre o Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Infantil no Brasil. O objetivo geral consiste em analisar o que tem sido produzido na literatura sobre o Autismo na Educação Infantil, a partir da busca no Portal de Periódicos da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)* e no Banco de Teses de Dissertações (BTD), adotando como critério os artigos que apresentam as palavras "Autismo" e "Educação Infantil" no título, sendo a "busca avançada" um percurso adotado para tal, sem delimitar a data de publicação. Este trabalho revela a escassez de pesquisas que apresentam recursos, materiais didáticos, adaptações curriculares e estrutura para inclusão, bem como a presença do professor da educação especial que tenha conhecimentos especializados sobre o Transtorno do Espectro Autista.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil, Transtorno do Espectro Autista, Inclusão

## ABSTRACT

The right to school inclusion of children with Autistic Spectrum Disorder (ASD) is guaranteed by laws and official documents. This research is configured as a Systematic Literature Review, having as data source the scientific productions about Autism Spectrum Disorder in Early Childhood Education in Brazil. The overall objective is to analyze what has been produced in the literature on autism in early childhood education, from the search in the Portal of Journals of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and in the Dissertation Thesis Bank (BTD), adopting as a criterion the articles that present the words "Autism" and "Early Childhood Education" in the title, being the "advanced search" a path

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná - UFPR – Brasil. E-mail: sid.educacaocp@gmail.com

<sup>2</sup> UENP- CCP/PPGEN – Brasil. E-mail: patricia\_concato@hotmail.com

<sup>3</sup> E-mail: esteroliveira86@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Universidade Estadual de Maringá – Brasil. E-mail: beatrizhaas@hotmail.com

adopted for this, without delimiting the date of publication. This work reveals the scarcity of researches that present resources, didactic materials, curriculum adaptations and structure for, as well as the presence of the special education teacher who has specialized knowledge of Autistic Spectrum Disorder.

KEYWORDS: Early Childhood Education, Autistic Spectrum Disorder, Inclusion.

## 1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) deu visibilidade à Educação Infantil, garantindo acesso das crianças de zero a seis anos de idade em creches e pré-escolas. Posteriormente, a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seu artigo 29 apresenta a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica.

Em 1998, o Ministério da Educação homologa os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (RCNEI) com o objetivo de orientar as práticas educativas na Educação Infantil, deixando claro que as instituições devem ser acessíveis a todos, possibilitando a interação da criança em situações de aprendizagens (BRASIL, 1998).

No ano de 1994 a Declaração de Salamanca é elaborada por autoridades reconhecidas no campo educacional de diversos países, configurando-se em um documento de natureza orientadora à educação inclusiva, ordenando ações e encaminhamentos para inclusão de alunos com deficiência e ou/ com outras necessidades educacionais especiais. Os direitos humanos foram ratificados na Declaração de Salamanca ao afirmar que as "escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais linguísticas e outras" (BRASIL, 2003, p. 19). Tais implicações geraram diferentes desafios aos sistemas escolares.

Atualmente a Educação Especial é tratada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em um capítulo específico, que compreende os artigos 58, 59 e 60, o que representa um marco para a Educação Especial, que é vista como uma modalidade transversal do sistema educacional brasileiro, ou seja, acontece em todos os níveis e modalidades de ensino, garantindo e incentivando a matrícula de crianças e jovens com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns; fazendo com que os alunos autistas, por exemplo, passem a fazer parte deste grupo atendido pela Educação Especial.

O parágrafo 3º do artigo 58 da LDBEN assegura que a inclusão escolar deve iniciar na faixa etária de zero a cinco anos, durante a Educação Infantil e estender-se ao longo da vida, o que faz com que as instituições devem organizar métodos, currículos, técnicas e recursos a fim de atender as necessidades dos educandos (BRASIL, 1996).

A resolução nº4/2009 institui as Diretrizes Operacionais para atendimento especializado na Educação Básica na modalidade da Educação Especial (BRASIL, 2009), determinando o público alvo da Educação Especial, a saber: os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/supertodação.

**Ensino em Foco**, Salvador, v. 2, n. 5, p. 61-71, set. 2019.

O Transtorno de Espectro Autista é caracterizado como um transtorno global do desenvolvimento que ocasiona déficit na comunicação, na interação social e mudanças de comportamento em diversos contextos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Para a Associação Americana de Psiquiatria (2014, p. 53):

O transtorno do espectro autista também é definido por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades que mostram uma gama de manifestações de acordo com a idade e a capacidade, intervenções e apoios atuais. Comportamentos estereotipados ou repetitivos incluem estereotipias motoras simples (p. ex. Abanar as mãos, estalar os dedos), uso repetitivo de objetos (p. ex. Girar moedas, enfileiras objetos) e fala repetitiva (p. ex. Ecolalia, repetição atrasada ou imediata de palavras ouvidas, uso de "tu" ao referir-se a si mesmo, uso estereotipado de palavras, frases ou padrões de prosódia).

A prevalência do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é de 1 em cada 68 crianças (BECKER; RIESGO, 2016). Bordini e Bruni (2014) abordam que os diagnósticos de TEA têm uma maior frequência em meninos, com uma proporção de 5 meninos para 1 menina, e quando são diagnosticados no sexo feminino, apresentam quadros mais graves, muitas vezes com deficiência intelectual. Pires e Jou (2016, p. 55) afirmam que no Brasil, há "aproximadamente 600 mil pessoas com TEA, sendo considerada a forma típica do transtorno".

Assim, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar o que tem sido produzido nos últimos anos na literatura sobre o Autismo na Educação Infantil, e assume como objetivo específico apresentar uma síntese das produções destacando as principais contribuições.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada configura-se como uma Revisão Sistemática, que de acordo com Cordeiro *et al.*, (2007, p.429), consiste em um tipo de investigação que objetiva "reunir, avaliar criticamente e conduzir uma síntese dos resultados de múltiplos estudos primários.

Utilizou-se como fonte de dados a literatura produzida sobre o Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Infantil no Brasil, a partir da busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na opção "Busca Avançada" com as palavras-chave "Autismo" e "Educação Infantil" no título, sem especificar a data de publicação. Feita a busca, retornaram 7 (sete) artigos, 4 (quatro) dissertações e 2 (duas) teses. Cabe ressaltar que tal busca se deu no mês de setembro do ano de 2019.

Após o mapeamento das produções científicas, realizou-se um estudo exploratório a partir da leitura dos resumos dos artigos, dissertações e teses encontrados para análise geral do tema proposto e seleção dos que abordassem a temática de interesse do estudo, para a partir de então, iniciar a análise aprofundada dos trabalhos selecionados.

**Ensino em Foco**, Salvador, v. 2, n. 5, p. 61-71, set. 2019.

### 3. RESULTADOS

Dos 13 (treze) trabalhos encontrados, dos quais 7 (sete) são artigos, 4 (quatro) dissertações e 2 (duas) teses, excluiu-se os artigos que tem como título: "Alunos com autismo, transtornos globais do desenvolvimento, psicose infantil e "Sobre as formas de nomear e compreender o atendimento educacional" de Vasques (2012), por não abordarem a temática do autismo na Educação Infantil. Portanto, a análise se feita tendo como base a seleção de 5 (cinco) artigos.

O quadro 1 (um) representa os artigos selecionados seguido do quadro 2 (dois) com as teses e dissertações.

**Quadro 1 – Quadro de artigos.**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PALAVRAS CHAVE</b>	<b>REVISTA</b>	<b>ANO</b>
Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na Educação Infantil.	MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A. H.	Inclusão escolar; Autismo; Deficiência.	Revista Educação Especial Santa Maria	2011
Autismo: a educação infantil como cenário de intervenção.	NUNES, D. R. P.; ARAÚJO, E. R.	Autismo; Educação Infantil; Intervenção precoce.	Arquivos analíticos de políticas educativas	2014
Autismo na Educação Infantil.	GENTIL, K. P. G.; NAMIUTI, A. P. S.	Autismo; Aprendizado; Escola.	Revista Uniara	2015
Autismo e inclusão na Educação Infantil: crenças e autoeficácia da educadora.	SANINI, C.; BOSA, C. A.	Crenças; Autoeficácia; Autismo; Educação Infantil.	Estudos de Psicologia	2015
Práticas e articulações pedagógicas na educação infantil: contribuições ao processo de desenvolvimento de uma criança com autismo	MARCHIORI, A. F.; FRANÇA, C. A. A.	Autismo; Educação Inclusiva; Educação Física; Educação Infantil.	Revista- zero-a-seis	2018

**Fonte:** os autores (2019).

O artigo "Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na Educação Infantil", dos autores Mattos e Nuernberg (2011), objetiva relatar uma experiência de intervenção psicoeducacional no contexto escolar da Educação Infantil. A pesquisa propôs intervir junto as necessidades pedagógicas específicas da criança autista, valorizando as interações sociais, articulando a participação do sujeito em trocas sociais e comunicativas. Os resultados apontaram melhorias na qualidade da interação e comunicação da criança autista, sobretudo na inclusão e acolhimento da turma e da professora frente à criança autista.

Já o artigo "Autismo: a educação infantil como cenário de intervenção" (NUNES; ARAUJO, 2015), evidencia estudos teóricos da neuroplasticidade que indicam a necessidade de inclusão de crianças, antes dos cinco anos de idade em práticas de intervenção, estipulando carga horária mínima de 25 horas semanais. O objetivo do estudo consiste em descrever os fundamentos de uma intervenção precoce, tendo como público alvo, as crianças com autismo. Os autores evidenciam a importância da educação infantil, como primeira etapa da educação básica em que as práticas educativas visam o desenvolvimento das crianças pequenas, ao atendê-las de forma intensiva em períodos de 4 a 7 horas diárias. Por este motivo, considera a creche um local ideal e natural para implementação de práticas interventivas em crianças público alvo da Educação Especial, em especial os autistas.

O artigo intitulado "Autismo na Educação Infantil" (GENTIL; NAMIUTI, 2015), aborda os desafios do processo de ensino-aprendizagem de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo na Educação Infantil. Como objetivo, apresenta uma análise bibliográfica sobre o tema, enfatizando a função do educador frente aos desafios da prática pedagógica com alunos autistas, destacando sua importância no processo de desenvolvimento social. Os autores salientam o papel da família neste processo, bem como o desenvolvimento da inteligência e da cognição da criança como fatores ligados à afetividade do educador.

O trabalho de Sanini e Bosa (2015), "Autismo e inclusão na Educação Infantil: crenças e autoeficácia da educadora", teve como objetivo investigar as crenças de uma educadora da educação infantil, frente aos desafios da inclusão de um aluno autista. Os dados foram coletados por meio de uma entrevista gravada, submetidos a análise de conteúdo. Os resultados revelam que a educadora reconhece o potencial do aluno, no entanto, considera sua prática pedagógica pouco eficaz, sobretudo, quando necessita fazer adequações curriculares, devido a sua formação acadêmica precária frente as demandas da educação especial. A pesquisa aponta para a necessidade de formação continuada dos professores da Educação Infantil, principalmente aos que atuam com crianças autistas (SANINI; BOSA, 2015).

Por fim, o artigo "Práticas e articulações pedagógicas na educação infantil: contribuições ao processo de desenvolvimento de uma criança com autismo" (MARCHIORI; FRANÇA, 2018) teve como objeto de estudo as possibilidades de desenvolvimento de uma estudante com TEA incluída na Educação Infantil, na relação com seus pares e adultos. Os dados foram coletados por meio de uma pesquisa participante, ao observar as práticas pedagógicas em um grupo de crianças com 4 e 5 anos em um período de dois anos (2015-2016). Baseia-se nas contribuições de Vygotsky, ao assumir que a formação da identidade do sujeito perpassa as relações sociais em um processo de aquisição da cultura e o desenvolvimento da linguagem. O estudo consistiu em traçar perspectivas de trabalho pedagógico com autistas na Educação Infantil, com vistas a ampliar as possibilidades formativas. Observou-se a que a

---

**Ensino em Foco**, Salvador, v. 2, n. 5, p. 61-71, set. 2019.

organização do trabalho pedagógico se deu por meio de brincadeiras a fim de romper com as limitações advindas do TEA, uma vez as intervenções resultaram em desenvolvimento da linguagem oral, apropriação de signos, da leitura e da escrita, das capacidades de interação, expressão e autonomia da aluna por meio do ensino colaborativo (MARCHIORI; FRANÇA, 2018).

Os estudos destacam a Educação Infantil como uma etapa da Educação propícia às intervenções em crianças autistas, no entanto, os trabalhos chamam a atenção para a formação dos professores que trabalham com inclusão, dado a importância de as intervenções serem feitas por profissionais qualificados.

O quadro 2 a seguir representa as teses e dissertações selecionadas a partir da busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) no mês de setembro do ano de 2019, na opção busca avançada, com as palavras-chaves "Educação Infantil" e "Autismo". Após a busca, retornaram 2 (duas) teses e 4 (quatro) dissertações, que estão dispostas no quadro 2 (dois) abaixo e analisadas a seguir.

O trabalho de "Autismo e inclusão na Educação Infantil: um estudo de caso longitudinal sobre a competência social da criança e o papel da educadora" (SANINI, 2011) teve como objetivo investigar as mudanças no perfil de competência social de uma criança com autismo na educação infantil, no contexto de sala de aula e pátio da escola. As interações da criança com os colegas foram filmadas para análise posterior por um instrumento adaptado da Escala *Q-sort* de Competência Social. Os resultados apontam avanços proporcionados pela inclusão escolar nos comportamentos, sobretudo na competência social.

A autora também destaca que apesar dos benefícios, muitos programas de intervenção social têm demonstrado limitações quanto ao desenvolvimento de interações sociais, no entanto, dois aspectos são relevantes ao pensar em aprimoramento de habilidades sociais, a saber, as intervenções construídas tendo como base habilidades que a criança já possui, e a motivação natural da criança com autismo. O estudo conclui que a inclusão em uma sala de aula comum favorece o desenvolvimento de habilidades sociais, sobretudo quando se tem uma professora com formação profissional, interesse e comprometimento com a criança (SANINI, 2011).

Consequente, a tese intitulada "O papel da mediação da educadora no desenvolvimento da brincadeira da criança com autismo na educação infantil: um estudo longitudinal" (SANTOS, 2011) destaca o papel da brincadeira no desenvolvimento sociocognitivo da criança, porém ressalta prejuízos ao tratar da criança com autismo. Este trabalho é fundamentado na teoria histórico-cultural, uma vez que compreende a importância do adulto como mediador dos estímulos. O estudo teve como objeto duas crianças com diagnóstico de autismo matriculado em escolas regulares. Os resultados apontam que a brincadeira é eficaz neste processo de inclusão, sobretudo quando é mediada pelo professor que diversifica o repertório. A autora destaca, a importância da formação sólida de professores para atuar frente aos desafios da inclusão de crianças com transtorno do espectro autista, inclusive as monitoras que atuam diretamente com tais crianças. Nesse sentido, este trabalho contribui para discussões acerca da inclusão do aluno com TEA ao buscar estratégias adequadas de mediação e intervenções.

**Quadro 2 – Teses e Dissertações.**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>ANO</b>
Autismo e inclusão na Educação Infantil: Um estudo de caso longitudinal sobre a competência social da criança e o papel da educadora.	SANINI, C.	Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	2011
O papel da mediação da educadora no desenvolvimento da brincadeira da criança com autismo na educação infantil: um estudo longitudinal.	SANTOS, M. S.	Doutorado em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	2011
A percepção da criança com transtornos globais do desenvolvimento (autismo) sobre seu processo de inclusão em uma escola de Educação Infantil	CORREIA, H. C.	Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.	2012
Envolvimento Parental no contexto da Educação Infantil e séries iniciais de alunos com autismo	VARGAS, R. M.	Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Maria	2014
Políticas públicas educacionais inclusivas para a criança com Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Infantil na cidade de Manaus.	VIEIRA, G. L.	Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amazonas.	2016
O aluno com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil: caracterização da rotina escolar.	FIORINI, B. S.	Mestrado em Educação da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita". Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus Marília.	2017

**Fonte:** os autores (2019).

A pesquisa de mestrado intitulada "A percepção da criança com transtornos globais do desenvolvimento (autismo) sobre seu processo de inclusão em uma escola de Educação Infantil" (CORREIA, 2012) teve como objetivo geral analisar o processo de inclusão de uma criança com autismo na Educação Infantil na perspectiva da visão infantil. Assim, a pesquisa

se dedica em conhecer aspectos da infância da criança autista; analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil com crianças autistas; discutir a subjetividade no processo de inclusão com crianças autistas reconhecendo-a como um ser histórico, social e cultural, tendo como base na teoria histórico cultural. Os resultados revelam a escola como um espaço significativo para o desenvolvimento da criança, ao compreender a infância, enxergando a criança antes da deficiência, tornando necessário o planejamento de práticas pedagógicas que considere sua maneira própria de aprender (CORREIA, 2012).

Vargas (2014) em seu trabalho "O envolvimento parental no contexto da Educação Infantil e séries iniciais de alunos com autismo" tem como objetivo geral investigar as práticas de envolvimento parental das escolas que recebem alunos com autismo. A pesquisa ressalta que mesmo os documentos oficiais abordando o papel da família junto à escola, pode-se observar escassez de pesquisas nacionais sobre tal temática, especialmente com famílias de crianças autistas. A partir de um estudo de casos múltiplos, os resultados apontam que a comunicação escola-casa, é percebida como insuficiente por parte das mães, o que repercute em enfraquecendo da confiança. Ao considerar a aprendizagem, a ênfase é dada nas deficiências ao invés dos recursos, porém, a relação parental entre escola e família é considerado o mais adequado para favorecer o processo de inclusão de alunos com TEA (VARGAS, 2014).

O trabalho proposto por Vieira (2016) com título "Políticas públicas educacionais inclusivas para a criança com Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Infantil na cidade de Manaus" busca estabelecer pontos e contrapontos na legislação concernente aos direitos da criança público alvo da Educação Especial na Educação Infantil. A pesquisa surge pela necessidade de conhecimentos sobre o transtorno do espectro do autismo de uma professora da Educação Infantil que se viu diante do escasso conhecimento sobre este transtorno, sobretudo, as práticas pedagógicas inclusivas. Assim, o objetivo geral consiste em avaliar as políticas públicas de inclusão da criança com Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Infantil da rede municipal de ensino da cidade de Manaus. Inicialmente é apresentado o histórico da Educação Infantil no Brasil; a descrição, conceitualização, etiologia e as características do transtorno, bem como identificar aspectos políticos legais de inclusão na Educação Infantil.

Esta pesquisa contribui com subsídios teóricos e pedagógicos para o professor que atua com crianças com TEA, uma vez que evidencia a falta de profissionais de apoio especializado para atuação frente a estas demandas. A dissertação de Vieira (2016) assume uma abordagem qualitativa e descritiva dos fenômenos estudados, utilizando a pesquisa bibliográfica e documental como fonte de dados para análise. Por fim, é possível afirmar que tal estudo esclarece e mobiliza ações da sociedade civil com intuito de almejarem a inclusão real das crianças com TEA na rede pública de ensino.

A dissertação "O aluno com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil: caracterização da rotina escolar" (FIORINI, 2017) teve como objetivo caracterizar a rotina de atividades de sete alunos com Transtorno do Espectro do Autismo no contexto da Educação Infantil, bem como suas professoras e cuidadoras em escolas da rede municipal de ensino em uma cidade do interior de São Paulo. Os direitos de inclusão da criança com TEA é **Ensino em Foco**, Salvador, v. 2, n. 5, p. 61-71, set. 2019.

regulamentado por leis, porém a pesquisa evidencia necessidade em estabelecer práticas que favoreçam a aprendizagem e participação destes alunos nas atividades escolares, uma vez que as matrículas destas crianças aumentaram significativamente nas escolas regulares (FIORINI, 2017).

Os dados foram coletados por meio de um roteiro de entrevistas semiestruturado com as professoras, bem como registro em diário de campo de observações da rotina escolar das crianças com TEA, tendo como base a Escala de Avaliação de Traços Autísticos (ATA) com objetivo de contribuir para caracterização das crianças participantes. Os resultados apontaram a importância de rotinas escolares para atendimento da criança com TEA em escola regular, pois possibilita maior participação dos alunos nas diferentes atividades realizadas na Educação Infantil, sobretudo quando estas são planejadas para participação e aprendizagem de alunos com TEA (FIORINI, 2017).

Após a leitura e análise das produções, observa-se a importância do ambiente da Educação Infantil para intervenções em crianças com transtorno do espectro do autismo, sobretudo ao indicar que a inclusão favorece o desenvolvimento das habilidades comprometidas pelo transtorno. A formação de professores é tratada nos trabalhos de Sanini (2011); Santos (2011); Vieira (2016); Fiorini (2017), ou seja, mais da metade dos trabalhos analisados. Apenas um trabalho teve como foco a relação da família e escola no processo de inclusão, o que evidencia carência de pesquisas que valorizem esta abordagem. Assim, a Educação Infantil se constitui em um campo vasto para pesquisas sobre inclusão, em particular as crianças com transtorno do espectro do autismo.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O direito de inclusão da criança com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é garantido por leis e documentos oficiais, como já citadas neste trabalho; a saber a Constituição Federal (1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996); Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998); Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); Resolução nº 4/2009 que institui as Diretrizes Operacionais para atendimento especializado na Educação Básica na modalidade da Educação Especial (BRASIL, 2009); Lei 12.764/2012 que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoas com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012), dentre outros.

Contudo é evidente a necessidade de mais pesquisas voltadas ao Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Infantil sobretudo por ser a primeira etapa da Educação Básica e os trabalhos pesquisados revelam deficiências quanto ao processo de formação de professores, práticas pedagógicas inclusivas nesta modalidade de ensino.

É importante destacar que os trabalhos que retrataram a criança com TEA incluída em uma escola de ensino comum comprovam avanços e melhorias no desenvolvimento das crianças, principalmente nas relações e interações sociais.

A inclusão de estudantes público alvo da educação especial ainda é um desafio, em especial para os alunos com TEA, que é o foco deste trabalho, em que pudemos constatar a escassez

**Ensino em Foco**, Salvador, v. 2, n. 5, p. 61-71, set. 2019.

de pesquisas que apresentem recursos e materiais didáticos, adaptações curriculares e estrutura para inclusão, bem como a presença do professor da educação especial que tenha conhecimentos especializados sobre o transtorno do espectro autista.

## REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-V. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. ed. 5º, 2014.
- BECKER, M. M.; RIESGO, R. S. Aspectos Neurobiológicos dos Transtornos do Espectro Autista. In: ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. **Transtorno de Aprendizagem**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 357-367.
- BORDINI, D.; BRUNI, A. R. Transtornos do Espectro Autista. In: ESTANISLAU, G. M.; BRESSAN, R. A. **Saúde Mental na Escola: o que os educadores devem saber**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 219-230.
- BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão**. Declaração de Salamanca: Recomendações para construção de uma escola inclusiva. Brasília, 2003.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.
- BRASIL, Ministério de Educação/ Secretaria da Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o atendimento educacional especializado na Educação Básica**. – Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. Res. nº4/2009 – **Institui as Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica**. 2009.
- BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 2012.
- CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G. M. de; RENTERÍA, J. M.; GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, n. 34 v.6, p. 428-31, 2007.
- FIORINI, B. S. **O aluno com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil: caracterização da rotina escolar**. Mestrado em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita”. Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus Marília. 2017.
- GENTIL, K. P. G.; NAMIUTI, A. P. S. Autismo na Educação Infantil. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 18, n. 2, p. 176-185, 2015.
- PIRES, S. M. O.; JOU, G. I. Identificação Precoce do Transtorno do Espectro Autista e Diagnóstico diferencial: Estudo de Caso. In: ROTTA, N. T.; FILHO, C. A. B.; BRIDI, F. R. S. **Ensino em Foco**, Salvador, v. 2, n. 5, p. 61-71, set. 2019.

**Neurologia e Aprendizagem Abordagem Multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 55-75.

MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A. H. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na Educação Infantil. **Revista Educação Especial.** v. 24, n. 39, jan./abr. 2011.

NUNES, D. R. P.; ARAÚJO, E. R. Autismo: a educação infantil como cenário de intervenção. **Arquivos analíticos de políticas educativas.** n. 22, 2015.

SANTOS, M. S. **O papel da mediação da educadora no desenvolvimento da brincadeira da criança com autismo na educação infantil: um estudo longitudinal.** Doutorado em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

SANINI, C.; BOSA, C. A. Autismo e inclusão na educação infantil: crenças e autoeficácia da educadora. *Estudos psicologia.* n. 3, v. 20, 2015, p. 173-183.

SANINI, C. **Autismo e inclusão na Educação Infantil: Um estudo de caso longitudinal sobre a competência social da criança e o papel da educadora.** Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

VIEIRA, G. L. **Políticas públicas educacionais inclusivas para a criança com Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Infantil na cidade de Manaus.** Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amazonas. 2016.